



# Docentes Unifesp em luta por recuperação salarial e contra a PEC-32!

Os salários dos Docentes das Universidades Federais perderam mais de um terço de seu valor entre 2017 e 2022. Congelados pela EC-95 (do “Teto de Gastos”), eles foram corroídos pela alta inflacionária do período. A despeito de uma vitória parcial obtida em junho último (9% de reposição inflacionária), não há previsão de novas parcelas de reposição no Projeto Orçamentário (PLOA-2024) que tramita agora no Congresso. É urgente uma grande mobilização de todos servidores públicos federais (SPFs) para garantir verbas que permitam reposição de perdas.

Depois de seis anos sem qualquer diálogo por parte dos governos Temer e Bolsonaro, o atual governo reabriu uma Mesa de Negociação Permanente com SPFs em fevereiro último. Nela, sindicatos apresentaram uma pauta de reivindicações remuneratória (reposição emergencial das perdas de 27% durante o último governo – 2019-22 e equiparação com Legislativo/Judiciário no reajuste de benefícios), e outra não-remuneratória (revogação de várias medidas contra direitos trabalhistas e serviços públicos implementadas nos últimos 6 anos). O governo dispôs-se a atender alguns itens da pauta não remuneratória (ficando de avaliar outros), concedeu reajuste de 9% no salário (e de 46% no auxílio alimentação apenas). Mas só a inflação de 2023 (quase 5%) deve comer parte disso, exigindo novas

## Verbas no Orçamento 2024 à reposição de perdas!

## Que o governo garanta parcela de reposição inflacionária a 2024!

parcelas nos próximos anos apenas para recuperar tal reivindicação emergencial.

Na nova rodada da Mesa em agosto, contudo, representantes do governo explicaram não poder apresentar proposta alguma de nova parcela no ano que vem, já que a PLOA-2024 não contempla verbas para reajuste de pessoal. Isso porque o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) aprovado em agosto no Congresso, embora menos rigoroso que a EC-95 que ele substituiu, segue ainda limitando o crescimento de verbas primárias (todos os gastos não-financeiros). Permitirá importante crescimento ao custeio Saúde e à Educação, mas isso impedirá elevações em quase todas as demais áreas, incluindo a Folha de Pagamento ao funcionalismo.

O governo ponderou na Mesa, porém, que verbas para reajuste salarial ainda podem surgir no Orçamento do ano que vem, em caso de expansão das receitas – o que permitiria elevar um pouco mais os limites do NAF às despesas. Isso seria facilitado por medidas de elevação de impostos a super-ricos (Fundos Especiais) e especuladores (Offshore) que o Executivo tenta aprovar no Congresso.

Medidas, aliás, que o presidente da Câmara, Arthur Lira, e seu Centrão querem impedir. Ao invés de elevar receitas taxando os de cima, Lira quer equacionar as alocações frente às restrições orçamentárias cortando despesas em serviços e servidores públicos. Mesmo contra o governo, ele prometeu colocar em votação sumária a

PEC-32 - Reforma Administrativa de Guedes/Bolsonaro, que permite cortar salário e jornada de SPFs e acabar com nossa estabilidade. Permite também que organizações privadas substituam o estado na prestação de serviços públicos essenciais.

Tal (contra)reforma é calcada numa mentira repetida à exaustão: servidores públicos seriam marajás. Ora, a imensa maioria do funcionalismo ganha mal e teve perdas maiores que o setor privado nos últimos anos. 70% dos servidores recebem até R\$ 5 mil e menos de 0,06% (em geral juízes, promotores etc) recebem acima do teto (R\$ 41,65 mil).

### **Revalorizar docentes e servidores é defender a Universidade e os Serviços.**

Por isso, repor perdas inflacionárias não é custoso quando comparado com gastos bem menos úteis, se não deletérios ao país. Um reajuste de 10% no salário de servidores do Executivo representaria cerca de R\$17 bilhões no Orçamento 2024. Isso é menos da metade do custo orçamentário de cada 1 ponto percentual de taxa Selic mantida por um ano a mais pelo Banco Central, que gera R\$ 43 bilhões em gastos com a dívida bruta desviados à especulação financeira.

A recomposição salarial é essencial para a revalorização das carreiras do funcionalismo. É, portanto, fundamental para a boa prestação de serviços públicos à população brasileira. O Magistério Superior

### **Lira, retire já a PEC-32!**

Federal, particularmente, com toda sua qualificação e importância na produção científica e educacional do país, sofre um processo de empobrecimento e perda de benefícios que já começa a gerar crescentes dificuldades na própria manutenção de sua capacidade plena de trabalho – o que inclui, muito além do pagamento de contas pessoais/familiares (cada vez mais custosas), aquisição de livros, assinatura de revistas, custos com atividades acadêmicas/pesquisa etc.

A defesa da recuperação salarial de docentes e técnicos é a defesa da própria Universidade Pública. Chamamos toda a docência da Unifesp a nos unirmos na Campanha Salarial dos SPFs. Chamamos à mobilização em todos os campi: desde conversas com colegas, TAEs e alunos nos laboratórios, salas de aula, corredores, passando por coleta de assinaturas a uma petição (ao executivo e legislativo) por recuperação salarial, até debates, atos, aulas públicas. É preciso esclarecer (contra a mistificação midiática) a

### **A defesa da carreira docente é a defesa da Universidade Pública e da Ciência!**

comunidade universitária e o conjunto da população da importância de se defender os serviços públicos e os servidores. É dessa força social que surgirão as condições para pressionar legislativo e executivo a alocarem verbas orçamentárias para novas parcelas já em 2024 à reposição das perdas inflacionárias. **Participe dessa campanha!** ♦



**Adunifesp**  
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIFESP